

**LEI N.º 4.855, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985**

*Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados em terrenos contiguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 2.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei.

**Artigo 1.º** — Os estabelecimentos comerciais situados em terrenos contiguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem somente poderão obter autorização para acesso às estradas estaduais se se comprometerem a não vender ou servir bebida com qualquer teor alcoólico, sob pena de ser cancelada a referida autorização.

**Artigo 2.º** — A autorização que já tiver sido concedida será cancelada, independentemente de notificação, se o respectivo estabelecimento não apresentar ao órgão concedente o compromisso a que alude o artigo anterior, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta lei.

**Artigo 3.º** — Fica o representante da Fazenda do Estado junto à DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S.A. obrigado a propor alteração nos Estatutos Sociais da empresa, no sentido de que sejam adotados os preceitos estatuídos nesta lei, relativamente às rodovias sob a sua jurisdição.

**Artigo 4.º** — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de novembro de 1985.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 27-11-85.

2) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

**RESOLUÇÃO N.º 657, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985**

*Altera dispositivo do Regimento Interno.*

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da V Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1.º** — O Parágrafo único do artigo 35 da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970 com as modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único — A nomeação dos respectivos membros compete ao Presidente da Assembléia e assegurará, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos."

**Artigo 2.º** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 27-11-85.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

a) Rubens Lara, 1.º Secretário

a) Arthur Alves Pinto, 2.º Secretário

**Ordens do dia****28 de novembro de 1985****307 º Sessão Ordinária****PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

1 - Discussão e votação da Moção n.º 107, de 1985, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem estabelecidos, pelo INRAPS, horários convenientes de atendimentos e consultas, bem como, serem fornecidos, pelo Instituto, medicamentos à clientela de idosos. Parecer n.º 1293, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

2 - Discussão e votação da Moção n.º 120, de 1985, apresentada pelo deputado Evandro Mesquita, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser viabilizada a participação efetiva do mutuário assalariado, cliente do SFH, nas gestões do reajuste das prestações de casa própria. Parecer n.º 780, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

3 - Discussão e votação da Moção n.º 128, de 1985, apresentada pelo deputado Néfi Tales, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser iluminada e melhor sinalizada a Rodovia Fernão Dias, no trecho compreendido pelo Município de Guarulhos. Parecer n.º 704, de 1985, da Comissão de Transportes, favorável.

4 - Discussão e votação da Moção n.º 137, de 1985, apresentada pelo deputado Sérgio Santos, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser alterado o regime previdenciário do País, objetivando considerar como beneficiário da mulher, o cônjugue sem regime previdenciário próprio. Parecer n.º 1107, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

5 - Discussão e votação da Moção n.º 155, de 1985, apresentada pelo deputado Luiz Furlan, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de não serem exigidas provas materiais para a concessão do benefício alcançado pela Lei n.º 6782, de 19/5/80. Parecer n.º 1849, de 1985, da Comissão de Administração Pública, favorável.

6 - Discussão e votação da Moção n.º 167, de 1985, apresentada pelo deputado Roberto Purini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser elaborado projeto de lei instituindo a Consolidação das Leis Trabalhistas Rurais. Parecer n.º 1382, de 1985, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.

7 - Discussão e votação da Moção n.º 173, de 1985, apresentada pelo deputado Antonio Scopel, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser legalizado o "jogo do bicho". Parecer n.º 895, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

**PODER LEGISLATIVO  
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA****10.º Legislatura**

8 - Discussão e votação da Moção n.º 175, de 1985, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de ser criado o Fundo de Proteção Ambiental. Parecer n.º 957, de 1985, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável.

9 - Discussão e votação da Moção n.º 181, de 1985, apresentada pelo deputado Vicente Botta, apelando para o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de ser criada e instalada mais uma Junta de Conciliação e Julgamento em São Carlos. Parecer n.º 1343, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável.

10 - Discussão e votação da Moção n.º 189, de 1985, apresentada pela deputada Crolinda Silveira Sarpaio, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem construídas novas instalações sanitárias nas estações do ramal Santos-Jundiaí, da Rede Ferroviária Federal S/A. Parecer n.º 1840, de 1985, da Comissão de Transportes, favorável.

11 - Discussão e votação da Moção n.º 194, de 1985, apresentada pelo deputado Hélio Furlan, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser autorizado ao contribuinte do Imposto de Renda, pessoa física, a abater da renda bruta, o total das despesas efetuadas com educação. Parecer n.º 1533, de 1985, da Comissão de Economia, favorável.

12 - Discussão e votação da Moção n.º 212, de 1985, apresentada pelo deputado Paulo Frateschi, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser alterada a legislação que disciplina as desapropriações, de forma a priorizar o pagamento de indemnizações aos proprietários de um único imóvel ou de pequenas áreas rurais. Parecer n.º 1650, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável.

13 - Discussão e votação da Moção n.º 243, de 1985, apresentada pelo deputado Dalla Pria, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado Posto do IAPAS, em General Salgado. Parecer n.º 1292, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

14 - Discussão e votação da Moção n.º 250, de 1985, apresentada pelo deputado Eduardo Bittencourt, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser firmado convênio médico-hospitalar com o Hospital Santo Antônio Ltda., de Cosmópolis. Parecer n.º 1103, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

15 - Discussão e votação da Moção n.º 260, de 1985, apresentada pelo deputado Walter Lazzarini, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser inscrito, na Constituição Federal, o direito do voto para cabos e soldados das polícias militares e das Forças Armadas. Parecer n.º 1345, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

16 - Discussão e votação da Moção n.º 272, de 1985, apresentada pelo deputado Franco Baruselli, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem prorrogados os prazos de pagamento dos financiamentos agrícolas de 1985, com isenção da correção monetária. Parecer n.º 1851, de 1985, da Comissão de Finanças, favorável.

17 - Discussão e votação da Moção n.º 277, de 1985, apresentada pelo deputado Tonico Ramos, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de ser mantida legislação que estabelece, como limite máximo, o reajuste dos aluguéis residenciais em 80% do IMPC. Parecer n.º 1320, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável.

18 - Discussão e votação da Moção n.º 284, de 1985, apresentada pelo deputado Walter Mendes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser melhorada a Agência Central de Correios de Sorocaba e instaladas Agências e Postos de Serviços nos bairros daquele Município. Parecer n.º 1126, de 1985, da Comissão de Transportes, favorável.

19 - Discussão e votação da Moção n.º 287, de 1985, apresentada pelo deputado Koyu Iha, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser liberada verba especial ao Instituto Butantã. Parecer n.º 1826, de 1985, da Comissão de Saúde, favorável, com substitutivo.

20 - Discussão e votação da Moção n.º 425, de 1985, apresentada pelo deputado Gilberto Delmont, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem concluídos os estudos visando melhor atendimento das reivindicações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação. Parecer n.º 1664, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

21 - Discussão e votação da Moção n.º 488, de 1985, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser abolido o limite de idade dos concursos para provimento de cargos do funcionalismo público da União. Parecer n.º 2070, de 1985, da Comissão de Administração Pública, favorável.

*"Começa bem o ano de 1985 em matéria de reimpressão de raridades bibliográficas, e merece o aplauso dos estudiosos a iniciativa da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e do Arquivo do Estado, promovendo esta reedição fac-similar do Almanak da Província de São Paulo para 1873".*  
João Mindlin

**Está à disposição  
do público  
o Almanak da Província  
de São Paulo para 1873,  
com 960 páginas  
e ao preço de Cr\$ 60.000.**

Procure na



**IMPRENSA OFICIAL  
DO ESTADO S.A. - IMESP**

SEDE Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3344

CEP 03103 — São Paulo

AGÊNCIA CENTRAL Galeria Prestes Maia — Fone: 37-2300

AGÊNCIA MARIA ANTÔNIA Rua Maria Antônia, 294 — Fone: 256-7232

ou pelo Reembolso Postal

22 - Discussão e votação da Moção n.º 526, de 1985, apresentada pela Comissão de Saúde em seu Parecer n.º 1506, de 1985, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem utilizados os meios de comunicação para conscientização e educação da população no combate e prevenção das doenças, principalmente a esquistossomose mansônica e a doença de chagas.

23 - Discussão e votação da Moção n.º 527, de 1985, apresentada pela Comissão de Justiça em seu Parecer n.º 1511, de 1985, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedido aos cabos e soldados das Polícias Militares, o direito de voto.

24 - Discussão e votação da Moção n.º 597, de 1985, apresentada pela Comissão de Promoção Social em seu Parecer n.º 1917, de 1985, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser enviada à Comissão de Estudos da Constituição, sugestão com o fim de ser dedicado um capítulo para proteção dos idosos e apoiados.

**28 de novembro de 1985****308 º Sessão Ordinária****PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE**

- Votação do Projeto de Lei n.º 51%, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, orçando a Receita e fixando a Despesa do Orçamento-Programa do Estado para o exercício de 1986. Com emendas e proposta de alteração. Parecer n.º 2120, de 1985, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto. A proposta de alteração é contrária às emendas. (Com requerimentos de votação em Plenário das emendas n.os 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. (Prazo: 30/11/85).

**27 de novembro de 1985****77 º Sessão Extraordinária****PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**

1 - Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de emenda n.º 26, de 1984, à Constituição do Estado, apresentada pelo deputado Eduardo Jorge e outros, acrescentando dispositivos ao artigo 92 daquele diploma legal, objetivando equiparar o processo seletivo ao concurso público. Parecer n.º 1845, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável.

2 - Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de emenda n.º 45, de 1984, à Constituição do Estado, apresentada pelo deputado José Yunes e outros, alterando a redação do artigo 93 daquele diploma legal, aplicando também o disposto neste artigo ao servidor ou funcionário cônjuge de Vereador e Prefeito. Parecer n.º 382, de 1985, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável.

3 - Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de emenda n.º 10, de 1985, à Constituição do Estado, apresentada pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira e outros, acrescentando dispositivo ao artigo 128 daquele diploma legal, com o objetivo de assegurar a proteção especial do Estado à bacia da vertente atlântica a Serra do Mar. Parecer n.º 969, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável.

**27 de novembro de 1985****78 º Sessão Extraordinária****PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

1 - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 305, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Paranaíba, de imóvel nele situado, destinado à construção de centro comunitário. Pareceres n.os 2087 e 2088, de 1985, respectivamente da Comissão de Justiça e de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favoráveis.

2 - Votação "ad referendum" do Projeto de Lei n.º 293, de 1985, apresentado pelo deputado Mauro Bragato, dando a denominação de "Prefeito Guilherme Buzinari" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Flora Rica, naquele Município. Parecer n.º 1585, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer n.º 1586, de 1985, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

3 - Votação "ad referendum" do Projeto de Lei n.º 420, de 1985, apresentado pelo deputado José Yunes, dando a denominação de "Professora Alice de Paula Moraes" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) do Portinho, no Município de Ilhabela. Parecer n.º 2008, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Educação em seu Parecer n.º 2009